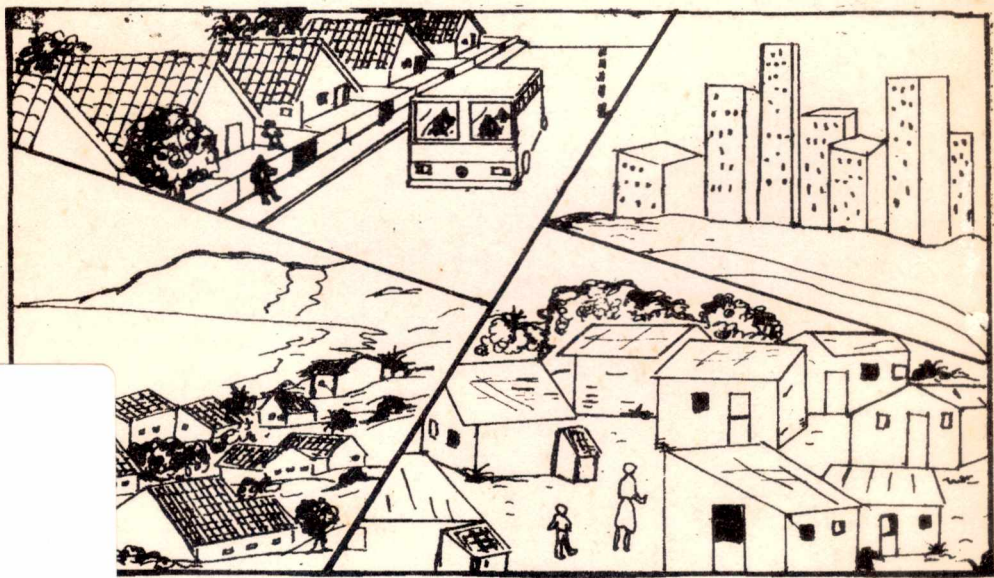




CADERNO NORTE-RIO-GRANDENSE DE TEMAS GEOGRÁFICOS



FORA DE EMPRÉSTIMO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Prof. Geraldo dos Santos Queiroz
Reitor

Prof. João Felipe da Trindade

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Prof. Geraldo de Margela Fernandes
Diretor

Prof. José Lacerda Alves Felipe
Vice-Diretor



DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Prof. Ademir Araújo da Costa
Chefe do Departamento

Profª. Edna Maria Furtado
Vice-Chefe do Departamento

COMISSÃO EDITORIAL

Prof. José Lacerda Alves Felipe
Profª. Liana Maria Nobre Teixeira
Profª. Maria de Lourdes Rodrigues

CADERNO NORTE-RIO-GRANDENSE DE TEMAS GEOGRÁFICOS, revista
editada pela:

UFRN/CCHLA. Departamento de Geografia.

Campus Universitário s/n - Lagoa Nova

Natal-RN - 59.072/970

Cx. Postal 1528

Deptº. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

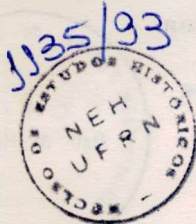
COMPOSIÇÃO: Clodoaldo Ferreira de lima

CAPA: Cristina Tavares

IMPRESSÃO: Manoel Gonçalo

Ozaniel Correia

ENCADERNAÇÃO: Francisco guilherme



Caderno Norte-Rio-Grandense de temas geográficos.--v.1,
n.1 (jan./jun. 1984)- . -- Natal: UFRN/CCHLA/DGE,
1984-

Irregular

Descrição baseada em: v.6,n.1 (jan./des. 1991).

1. Geografia - Rio Grande do norte - Periódico

UFRN/CCHLA/DGE/Banco de Dados

CDU 918.132(05)

CADERNO
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE TEMAS
GEOGRÁFICOS

Volume 6 número 1 1991
Natal

S U M Á R I O

ANELINO FRANCISCO DA SILVA A ocupação de Rondônia: um caso de colonização.....	2
ANGELA L. DE A. FERREIRA; ANITA A. DE MEDEIROS E LUIZ ALESSANDRO DE QUEIROZ Momentos históricos da produção e da configuração do es- paço construído em Natal.....	10
JOSÉ CARLOS BORGES Estudo da pluviometria do município de Touros - RN.....	25
MARIA LÊDA LINS GUIMARÃES Considerações sobre o PROÁLCOO no Rio Grande do Norte: Baía Formosa.....	32
MARIA ANA MOURA DE OLIVEIRA DA SILVA Crescimento urbano e favelização em Natal (1940-1990)...	40
WANI FERNANDES P. TEIXEIRA Produção dos instrumentos de trabalho utilizados na pes- ca artesanal na lagoa do Piatô - Assú-RN.....	52

SUMÁRIO

AMÉLINO FRANCISCO DA SILVA

A ocupação de Rondônia: um caso de colonização

ANGELA L. DE A. FERREIRA; ARLA A. DE MEDEIROS E LUIZ

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Historia histórica da produção e da comercialização da ca-

paço Condição em Natal

JOSE CARLOS BORGES

Estado da plantação de mandioca de Teresopolis

MARIA LUIZ FERREIRA

Desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul

MARIA ASSIS MOURA DE OLIVEIRA DA SILVA

Gravidade urbana e desenvolvimento em Natal (1950-1990)

WALTER FERREIRA P. TEIXEIRA

Produção das instituições de pesquisa utilizadas na pes-

quisa científica no Rio Grande do Sul

Colômbia - estado de desenvolvimento - história

A OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA: um caso de colonização

ANELINO FRANCISCO DA SILVA - Prof. Ass. Dep. Geog. UFRN

1 - INTRODUÇÃO

O processo de colonização e ocupação da área hoje ocupada pelo atual Estado de Rondônia, está integrado aos mesmos processos que a Amazônia e a Região Norte, sofreram nas suas etapas de ocupação e colonização.

E seu espaço geográfico é constituído por áreas desmembradas dos Estados do Amazonas e Mato Grosso.

A história do Estado remonta principalmente aos ciclos econômicos do ouro (1719-1815), da borracha (1840-1958), da cassiterita (1958).

A exuberância da floresta amazônica levou os primeiros investigadores a pensar que o solo que a suporta seria extremamente rico em nutrientes. Hoje, sabe-se que a maior parte deles é pobre em nutrientes e a pujança da vegetação está relacionada com a temperatura, umidade e um ciclo quase fechado de nutrientes, onde a própria floresta é produtora e consumidora. Os nutrientes estão concentrados no horizonte A. A descrição geral desse ciclo seria a decomposição dos restos vegetais e liberação de nutrientes minerais, a absorção pelas raízes, o crescimento vegetal, a queda das folhas e restos vegetais, fechando o ciclo.

Assim a floresta consegue se manter com um mínimo de nutrientes, os quais não são removidos pela água da chuva devido à abundância de raízes que os absorvem e os incorporam à planta. Além disso, a espessa copa impede a ação direta da chuva no solo, facilitando a infiltração e dificultando o escoamento superficial.

Quando a cobertura vegetal é substituída por atividades agrícolas, o ciclo se rompe; o

teor de matéria orgânica diminui, a ação da chuva é direta, o escoamento superficial carrega os nutrientes, dificultando a produtividade do solo o qual, a partir do 3º e 4º ano de cultivo, começa a reduzir a sua produção.

2 - A OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA

O antigo território Federal de Guaporé, teve seu espaço geográfico constituído por áreas desmembradas dos Estados do Amazonas e Mato Grosso e, totaliza uma área de 243.044 Km², que representa 7,11% da região Norte e 2,98% do território brasileiro.

A corrida migratória para Rondônia iniciou-se pela possibilidade de aquisição de terras férteis propícias à agricultura, mas com características de desordenamento, causando sérios problemas entre os quais conflitos de terras e o crescimento desordenado das cidades.

Os migrantes deixam seu Estado, onde a situação se tornou difícil, e dirigem-se para a "terra do mito" em busca de encontrar melhores condições de sobrevivência. Uns foram requisitados para trabalhar nos "ciclos econômicos do ouro, da borracha e da cassiterita". Mas, o principal objetivo é adquirir a posse de terras de forma gratuita ou mesmo comprando-as a baixo custo. Chegando deparam-se com uma situação não muito diferente da deixada em seu Estado de origem. Os migrantes, além de enfrentar condições climáticas diferentes deparam-se com a malária que representa um dos pontos críticos para as autoridades sanitárias, constituindo-se num flagelo para as populações.

Com o passar dos anos, o sonho de terras férteis começa a fugir da mente do trabalhador, pois, a partir do 3º ano de cultivo (como mencionamos acima), sua produção começa a declinar em consequência do rápido empobrecimento do solo o qual, devido às condições do clima na região, con

tribui para que haja uma noção de grande fertilidade do solo, haja visto que a floresta apresenta-se exuberante aparentando uma pseudo-fertilidade.

No princípio, a ocupação se dava ao longo da BR-364, que vai de Manaus a Cuiabá, passando pelas cidades mais importantes do Estado - Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Ji-Paraná, Ouro Preto, Jaru, Ariquemes e Porto Velho - atualmente, devido a novas vias de circulação outras áreas vêm sendo ocupadas, como é o caso do Vale do Guaporé (RONDÔNIA. SEDUC, 1987:14)², através da BR-429. De 1970 a 1980, em apenas 10 anos a população de Rondônia cresceu aproximadamente 75,4%. Só em 1985, o Estado recebeu 151.621 migrantes.

A decisão de migrar não é do indivíduo, pois, na maior parte dos casos, é obrigado a procurar oportunidades em outros locais, a partir do momento em que estas fecham em seu local de domicílio ou mesmo de origem. Assim, as causas determinantes da migração estão relacionadas ao modelo econômico e às formas com que são aplicadas as políticas de estímulo ao desenvolvimento de cada área.

Em Rondônia, as causas da migração estão relacionadas à erradicação do café no norte do Paraná, à mecanização do campo nos Estados mais desenvolvidos, às condições climáticas (geadas no sul, seca no nordeste) e à aquisição gratuita de terras, através dos órgãos competentes, ou à compra da mesma a baixo custo.

Nesse espaço geográfico, os solos são formados de acordo com fatores que imprimem seu caráter, tais como: clima, tipo de rocha, relevo, vegetação e tempo de atuação desses fatores. As diferentes combinações desses fatores geram solos diferentes entre si na mesma estrutura e/ou composição química.

Tal combinação condiciona a formação de solos que, apesar de na maioria dos casos sejam característicos por sua pobreza em nutrientes, di-

ferem em certas regiões do Estado por serem relativamente rico. Na parte centro-sul, os solos são Podzólicos Eutróficos, e suportam culturas anuais mais tempo que a maioria dos solos amazônicos. Resalta-se pois, que não se está levando em consideração a estrutura física do solo e sua susceptibilidade à erosão, mas apenas suas características químicas. Mesmo esse suporte de cultura, por alguns anos (mais de 05 anos) deve ser acompanhado por práticas de fertilização.

Essas áreas antrópicas, as resultantes da intervenção humana, apresentam-se desenvolvendo a agropecuária e a vegetação secundária, como o cacau, cujo cultivo até 1974 era praticamente inexistente. A partir de 1979 a produção iniciou seu crescimento e, em 1982, os municípios de Ariquemes, Jaru, Ouro Preto e Cacaal tiveram um maior desempenho na sua produção e tornaram Rondônia o 2º produtor de cacau do Brasil (RONDÔNIA: SEDUC, 1978: 23)³.

3 - O HOMEM EM TERRA NOVA

As culturas agricultáveis desenvolvidas no Estado, como milho, arroz, feijão e mandioca, se adaptaram bem ao clima e ao solo da área, possibilitaram aos migrantes, na sua maioria agricultores, a fazerem estas culturas tradicionais.

A princípio são estas atividades agrícolas, os fatores propulsores, geradores de assentamentos do homem no campo. As primeiras colheitas, têm o efeito de dissuadir a tensão existente, antes a desestimulação proporcionada pela insegurança reinante no mundo da agricultura brasileira.

Inicialmente, a tensão é gerada pela ausência do espaço próprio a terra. Em seguida executado o assentamento do agricultor - com o lote para exercer a atividade agrícola, volta a tensão, quanto a produção agrícola. Existe a produção, resta saber se o produto terá preço compensatório de

mercado.

Verifica-se então o pequeno produtor, que o seu produto não tem preço lucrativo.

Esse é um problema economia-social, diagnosticado no processo da estrutura agrícola brasileira. E a história da agricultura brasileira está repleta de exemplos, e como ponto fixador, teremos algumas considerações, a respeito de Machadinho d'Oeste-Rondônia, espaço de assentamento, onde a maioria da população residente, são agricultores, oriundo de áreas de tensões sociais.

Na verdade o que chamamos hoje Machadinho d'Oeste, nada mais é, que o "Projeto de Assentamento-Machadinho" entregue ao INCRA.

A área total do projeto era de 209.000 hectares, com 2.934 lotes para colonos divididos em 04 glebas, assim distribuídas: gleba 01 - com 48.000 hectares e 602 lotes; gleba 02 - com 71.000 hectares 1.140 lotes; gleba 03 - com 49.000 hectares e 622 lotes e gleba 04 - com 40.000 hectares e 570 lotes (MIRANDA, 1987:9)¹.

Miranda, realizando uma pesquisa amostral de 438 colonos no Projeto Machadinho constatará que 44,5% eram da Região Sudeste; 26% vieram do Sul; 21,9% da Região Nordeste e os 7,6% da própria Região. Destacando que 28% desses entrevistados eram segundo ocupante do lote que exploram e somente cerca de 32% desses agricultores eram proprietários antes de deslocarem para o Projeto, os outros 68% eram na sua maioria meeiros, arrendatários ou trabalhadores sem terra. Esse terço dos colonos, antigos pequenos proprietários, que deixaram suas propriedades pelo Projeto Machadinho, ilustra a força dessa terra do mito e as dificuldades vividas pelos pequenos agricultores no Brasil mesmo se proprietários (MIRANDA, 1987:15)¹.

Após a chegada ao Projeto, a maioria (90,4%) dos colonos contrairam doenças ou manifestaram problemas importantes de saúde. As doenças representam uma gravidade particular por se tratar

frequentemente de endemias, como a malária, que debilitam a saúde das famílias.

Além desses problemas, detectou-se que 80% dos agricultores da área em questão, destacava como problemas:

- 1 - Falta de financiamento ou de recursos para produzir;
- 2 - Falta de insumos (sementes, adubos, ração, medicamentos);
- 3 - Baixa fertilidade e/ou desconhecimento dos;
- 4 - Falta de equipamentos;
- 5 - Ataques de pragas e doenças nas lavouras;
- 6 - Dificuldades para comercialização/preços justos;
- 7 - Falta de assistência técnica (MIRANDA, 1987:25)¹.

Essas dificuldades prevalecem no cotidiano do pequeno agricultor do Município de Machadinho d'Oeste, ex-Projeto de Assentamento-Machadinho.

Observa-se que em 1990, em função de sua pequena produção agrícola, especificamente, café, cacau, mandioca, feijão, milho, hortaliças e frutas (cupuaçu, limão, banana, goiaba) os pequenos agricultores do Município, começara reivindicar do Departamento de Agricultura Municipal, condições para vender a produção na cidade. Instala-se uma feira-livre, onde os agricultores começam a exporem seus produtos; entretanto, outras dificuldades persistem corroborando, por exemplo: o transporte. Transportar os produtos das "linhas" como eles chamam a zona rural, para feira. Isso, porque, a maioria desses agricultores-feirante, têm uma pequena produção e, eles não teriam condições de locomoção. Daí, porque, p Governo Municipal/Departamento de Agricultura, atendendo reivindicações dos agricultores, começa a patrocinar a locomoção do produto/produtor, até a feira-livre na cidade, onde a Comunidade Local, vem participando, adquirindo os produtos na feira-livre.

4 - A TERRA - MEIO DE FIXAÇÃO DO HOMEM

Os colonos que para cá vieram, o seu objetivo maior era adquirir a doação do lote. Aqueles que adquiriram, começaram desmatar e plantar café, cacau e arroz. Esses lotes ou sítios, começaram a produzir, mas os cafezais e caucaeiros, estão no mato, porque, não vale apenas fazer a colheita; o preço de mercado não compensa. Quanto ao arroz, a maioria desses pequenos produtores colhem a produção e leva até a "descascadeira de arroz", para ser beneficiado. A parte que resta da produção é negociada na feira-livre.

Aqui nessas paragens ao se perguntar ao pequeno produtor, qual o tamanho de seu sítio, a resposta é de 20 alqueires. Pode-se pensar que um sítio desse tamanho, todo cultivado, haja uma herança de fixação do homem a terra, engano.

Valor comercial não existe. Os que são proprietários legalizados, tentam vender suas propriedades por preços, à baixo do preço de mercado (na região), mas, não encontra comprador, o capital circulante está restrito a pequeno grupo - os comerciantes, mesmo assim, não aplicam os lucros localmente.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - MIRANDA, Evaristo E. A terra do mito e o mito da terra. Porto Velho: 1987. 175p. Relatório.
- 2 - RONDÔNIA. Secretaria de Educação. Desmatamento em Rondônia. Porto Velho: 1987. 23p. (Série Educação Ambiental, 2).
- 3 - Plano de Governo do Estado de Rondônia: desenvolvimento com democracia. Brasília: 1978. 83p.

6 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BATISTA, Rosimar I.; BOTEELHO, José M. Leite.
Rondônia: o espaço geográfico. Porto Velho:
(198=). 72p.

MOMENTOS HISTÓRICOS DA PRODUÇÃO E DA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO EM NATAL

ANGELA L. DE A. FERREIRA - Profa. Dep. Arq. - UFRN.

ANITA A: DE MEDEIROS - Arquiteta e Bols. de Aperf. CNPq.

LUIZ ALESSANDRO DE QUEIROZ - Bols. Inic. Cient. CNPq.

1 - INTRODUÇÃO

O trabalho pretende contribuir para a compreensão do processo de construção do urbano em Natal através do estudo das formas de produção do espaço construído e sua configuração físico-espacial.

Partiu-se de algumas questões relativas à produção do espaço, levantadas pela Pesquisa "Estado e Movimentos Sociais Urbanos em Natal"* , na tentativa de entender as especificidades no processo histórico da constituição e estruturação do urbano, e a natureza das contradições urbanas.

Para efeito deste estudo, elegeram-se três momentos representativos da construção do urbano, que marcaram diferentes formas de ocupação do solo - público e privado - e traçado da malha urbana. Partiu-se da análise do principal agente produtor do espaço, fruto de cada momento histórico, assim como a manifestação concreta impressa no tecido urbano, resultante das ações, por ele, empreendidas.

Esta comunicação apresenta, inicialmente, algumas considerações metodológicas que orientam este trabalho. Em seguida, procura-se identi

* A pesquisa "Estado e Movimentos Sociais Urbanos" é desenvolvida pelas professoras: Angela L.A. Ferreira (coord.), Amadja H. Borges - do Depto de Arquitetura - e Ilza A.L. Andrade e Maria do Livramento M. Clementino - do Mestrado em Ciências Sociais - da UFRN e financiada pela FINEP.

car e descrever os momentos históricos da construção do espaço urbano de Natal. Por último, busca-se mostrar a relação e articulação destes momentos com a história mais recente da produção imobiliária e o surgimento de um novo agente produtor.

2 - MOMENTOS E AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O processo dinâmico da produção do espaço construído imprime, em sua estrutura física, os vários momentos de sua expansão e transformação. Historicamente, a configuração urbana vai sendo construída sob a forma de fragmentos justapostos, distintos, porém articulados, criando muitas vezes, territórios bem definidos e que vão se entrelaçando, para formar o todo que é a cidade.

A malha viária, os elementos construídos, as áreas públicas, o solo, ou seja, a cidade, compõem o espaço das práticas econômicas, das políticas públicas e das lutas sociais, num processo de conflito, resultante do modo em que está estruturada a própria sociedade.

Entender o processo de construção da cidade, que resulta na sua fragmentação em diversos usos que se dão ao solo e na maneira diferenciada com que grupos se apropriam do espaço urbano, fruto das desigualdades sociais, implica na compreensão da forma como é produzido este espaço e de sua participação no processo de acumulação capitalista. Isto porque o espaço urbano é um produto social onde agentes sociais concretos fazem e refazem a cidade, adotando estratégias diferenciadas no tempo e no espaço. (CORREIA, 1989)².

Ao participarem do processo de produção, vários agentes ou atores entram em cena como produtores, apropriadores e consumidores do espaço urbano. É necessário conhecer o que cada um dos agentes, como grupo, deseja obter com a sua ação, por possuir interesses e objetivos distintos, e muitas vezes conflitantes, mas que também podem

aparecer aliados segundo suas conveniências. Eles se relacionam numa divisão de trabalho, de acordo com vários níveis de complexidade, que dependendo do desenvolvimento sócio-econômico, leva a caracterizar a produção da cidade em formas e/ou momentos diferenciados. Entre os vários agentes, pode-se destacar o proprietário da terra, o loteador, o construtor, o incorporador, o Estado e o usuário, que formam o mercado imobiliário urbano. Os agentes constituem o elemento viabilizador de ações, que interferem na localização das atividades necessárias à reprodução da força de trabalho e da acumulação capitalista e da própria população da cidade, concretizando as formas espaciais que configuram o urbano.

Condições históricas conjunturais - econômicas e políticas - possibilitam que, um determinado agente se sobressaia, caracterizando momentos e formas diferenciados de produção do espaço construído, podendo, no entanto, estar presente em outros, com atuação diversas.

Em seguida, destacam-se os principais agentes que se sobressaem nos três momentos escolhidos para este estudo.

- O usuário caracteriza um primeiro momento onde os elementos que formam a cidade - os lotes, os edifícios, as praças, as ruas - são produzidos para o seu próprio uso e só excepcionalmente, para intercâmbio ou venda. A forma de produção do espaço urbano, caracteristicamente não capitalista, é demonstrada pelo fato de não ser a valorização do capital imobiliário, o objetivo da produção.

- O loteador caracteriza um momento onde se dá início a produção capitalista do espaço urbano. É a produção fundiária, ou seja, uma série de operações que vai da "compra de terras no atacado, parcelamento e acondicionamento de alguns equipamentos para revenda, no varejo, cuja lógica é a valorização da propriedade fundiária" (RIBEIRO,

1988:27)⁴. O "lucro" do loteador é a renda por ele gerada, em razão da mudança de uso do solo que opera. Este período representa a emergência do mercado de terras e tem um papel fundamental para a estrutura física da cidade.

- O Estado caracteriza um momento onde as questões políticas decidem a produção. No seu caráter contraditório em assegurar, ao mesmo tempo, a reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, o Estado atua de diversas maneiras no espaço urbano. Provedor de infra-estrutura e serviços públicos, controlador e fiscalizador das operações efetuadas pela iniciativa privada, regulador da propriedade imobiliária e promotor imobiliário, entre outros, são alguns dos tipos de atuação deste agente, na organização espacial da cidade. Entre essas várias formas de atuação a ênfase, aqui, será dada ao papel do Estado como promotor imobiliário, através de órgãos como a COHAB, com a implantação de uma política habitacional voltada para a construção, em massa, de conjuntos habitacionais. Esta produção capitalista da cidade e da moradia tem como especificidade a decisão do ato produtivo na instância política.

3 - NATAL EM TRÊS MOMENTOS

No processo de constituição do espaço urbano de Natal, destacam-se vários momentos, onde predominam determinadas formas de produção do ambiente construído (FERREIRA, 1989:8)⁵:

- pequena e lenta produção imobiliária (antes de 1940);
- intensa produção imobiliária e aumento da procura de imóveis para alugar e comprar (década de 40);
- formação de um mercado de terras e uma intensa produção fundiária (final da década de 40 e nas décadas de 50 e 60);
- produção em grande escala de moradias através de

conjuntos habitacionais sob encomenda do Estado e de cooperativas (década de 70 e 1ª metade da década de 80);

- aumento da produção de edifícios através do sistema de incorporação provocando a intensificação do espaço construído (2ª metade da década de 80)*.

A consequência desse processo foi a formação desordenada e contínua da malha urbana, devido ao acréscimo de novos tecidos, resultando num fracionamento notável ao se observar a planta da cidade.

Serão descritos a seguir os três momentos destacados para estudo.

3.1 - 1º Momento (antes de 1940)

A cidade do Natal, se caracteriza por um crescimento lento, tanto do ponto de vista econômico quanto em relação à concentração populacional**.

No início, a cidade é espontânea e gradualmente construída, sem ser precedida por uma distribuição programada dos lotes ou desenho das ruas***. Por ter quase que exclusivamente valor de

* Embora apresentados em ordem cronológica, estes momentos não têm limites rígidos.

** O censo demográfico do IBGE mostra que em 1972, 1900 e 1940, a população de Natal é de 10.392, 16.059 e 54.836 hab., respectivamente, correspondendo a 5.85% e 7.14% da população do Estado nos anos de 1900 e 1940.

*** Até meados do século XVII, a política urbanizadora de Portugal para o Brasil era feita principalmente através dos donatários. A Coroa cabia a criação de cidades com função de centro de controle regional. A fundação de Natal, sob a ordem da Coroa, deveu-se unicamente a sua posição estratégica de defesa territorial.

uso, a terra urbana é ocupada pelos moradores, na medida de suas necessidades, consolidando os caminhos percorridos, diariamente, em busca das fontes de abastecimento. Assim, no espaço urbano e na moradia, o usuário tem um papel determinante na produção do espaço, de acordo com o uso do imóvel e suas possibilidades financeiras.

Até o final do século XIX, a frágil economia da cidade do Natal não utiliza força de trabalho escrava, a não ser raros empregados domésticos. Isto sugere a quase inexistência de grandes desigualdades sociais e, por conseguinte, uma segregação sócio-espacial pouco nítida. O espaço também não está ainda fragmentado em usos diferenciados do solo.

Já se esboça, no entanto, pequenos espaços caracterizados pelo tipo de atividade econômica desenvolvida por seus moradores como a pesca e o comércio, que ser consolidados, neste século, em bairros populares como o da Ribeira, Rocas e Alecrim.

O primeiro núcleo urbanizado de Natal, a Cidade Alta, possui um trecho mais antigo, com ruas estreitas, por vezes tortuosas, fruto de uma ocupação não programada. Constitui-se hoje, num bolsão residencial, densamente ocupado, com as edificações implantadas sobre os alinhamentos laterais e frontais do lote. O trecho contíguo, já apresenta ruas mais largas e traçado ortogonal, possibilita, posteriormente, a mudança do uso do solo residencial para comercial.

As moradias produzidas, neste momento, não têm espaço intermediário entre o privado e o público. A calçada (passeio), é uma extensão da casa, sendo o palco das relações sociais informais, prática que ainda se conserva nestes locais. Apesar das mudanças mais recentes, é, nesta área, que se encontram os espaços públicos significativos da cidade.

Somente no século XX, Natal cria suas

próprias atividades econômicas, baseadas, sobretudo, na intermediação comercial, devido à expansão da atividade portuária, através do escoamento da produção agro-exportadora estadual. Devido a esta nova posição econômica, é que o Estado se faz mais presente, no sentido de direcionar o crescimento físico da cidade. Promove a elaboração de Planos Urbanísticos, em parte implantados, organizando o parcelamento e ocupação do solo em área adjacente ao núcleo inicial. Desse modo, não é ainda, o mercado imobiliário que determina a necessidade do ordenamento físico da cidade, e, sim, a habilidade das classes dominantes em alocar recursos externos e preparar a cidade para o futuro (ou para seu próprio usufruto). (CLEMENTINO, 1990)¹.

O conseqüente aumento populacional faz crescer a procura por moradias. É nesta fase, que o Capital imobiliário ensaia seus primeiros passos com a construção de casas de aluguel. Este período constitui uma fase intermediária que antecede a emergência de um mercado imobiliário, onde a terra passa da condição de patrimônio a uma excelente fonte de renda, transformando-se em mercadoria.

3.2 - 2º Momento (Final da década de 40 e décadas de 50 e 60)

Grandes mudanças vão ocorrer na cidade com o advento da Segunda Guerra Mundial que determina a vinda para Natal de um enorme contingente militar e a construção da base aérea norte-americana, devido a sua posição geográfica estratégica. Ao contrário do período anterior, o investimento imobiliário transforma-se numa atividade atrativa. No início, aumentando o preço dos aluguéis e da moradia, e, no momento seguinte, preenchendo os espaços vazios dos bairros existentes com a construção de vilas militares e de casas destinadas à população civil. Esta chega à cidade atraída pela intensa circulação de dinheiro que ocorria, para

exercer atividades de comércio e prestação de serviços.

Entre as décadas de 40 e 50, a população de Natal cresce 88,2%, tornando imprescindível a ocupação das áreas periféricas. Isso acontece através dos loteamentos urbanos que começam a ser registrados em cartório, a partir de 1946. Surge, então, uma nova forma de produção do espaço urbano caracterizada pela emergência do mercado de terras. Esta forma de produção fundiária traz, como principal agente, a figura do loteador.

O aumento das exportações (algodão e minerais) e das atividades urbanas (comércio e serviços), provocou uma acumulação de riqueza nas mãos de alguns grupos e famílias que, por falta de opções de investimento ou como forma de estender sua base material, vão se tornar proprietários fundiários urbanos e loteadores. Com o passar do tempo, estes grupos e/ou famílias criam empresas imobiliárias que permanecem até hoje no ramo, às vezes associando-se a outros setores do comércio e serviços.

O loteador aproveita-se da ausência de plano urbanístico, da fragilidade da legislação e da indefinição do perímetro urbano, para incorporar à zona urbana grandes glebas pertencentes à área dita rural. Estas terras por serem improdutivas e, em uma parte significativa, compradas, doadas ou aforadas à Prefeitura e ao Estado, tem seu preço bastante reduzido. A falta de legislação favorece o loteador, que pouco faz para acondicionar e melhorar o seu empreendimento assegurando-lhe um "lucro" absoluto devido à ocupação total da gleba. Esta ocupação, posteriormente, leva a necessidade de desapropriação de áreas, como por exemplo, para implantação do Projeto CURA*.

* O Projeto CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada - foi implantado em Natal a partir de 1980 com o objetivo, entre outros, de suprir as deficiências de infraestrutura urbana e equipamentos de uso coletivo em determinadas áreas da cidade.

Estas novas áreas urbanas, criadas pelos loteamentos, surgem, em parte, contíguas aos bairros consolidados, condicionadas por dois eixos viários, implantados no período de permanência dos norte-americanos em Natal, confirmando a importância daqueles na expansão física da cidade.

É, neste momento, que se inicia um processo de ocupação de áreas distantes do centro urbano, ocasionando o aparecimento, já na década de 60, de grandes vazios. Este tipo de ocupação acentua um processo de valorização diferenciado do espaço urbano, onde as áreas loteadas passam a ser procuradas como local de moradia, especialmente pelas camadas médias da população, devido aos altos preços que adquire o solo urbano. A população excluída deste mercado fundiário vai ocupar as áreas até então menos valorizadas, dando início ao processo de favelização.

A configuração interna, resultante deste momento, caracteriza-se pelo traçado ortogonal, ocasionado pelo aproveitamento total da área loteada, determinando, em sua maioria, a ausência de áreas públicas. Por outro lado, nota-se que o lote é bem maior que os produzidos, anteriormente. Neste momento, a área verde, que antes era pública (praças), torna-se privada sendo incorporada ao lote sob a forma de jardins.

A ocupação do solo é rarefeita, pois nem todos os lotes são vendidos e ocupados de imediato, alimentando a especulação. Neste período foram registrados 90% do total de 211 loteamentos realizados em Natal, até hoje, ocupando uma área de 3.666,24 ha (33% da área total edificável)*.

* Para este cálculo foram excluídas as áreas "non aedificandi" (Parque das dunas, salinas e zonas militares) reduzindo a área urbana atual do município de 17.200,00ha para 11.048,77ha. É considerada urbana a área total do município.

Em 1984 foi aprovado o Plano Diretor de Natal, que regulamenta o parcelamento do solo com base na Lei 6766/79. A Prefeitura passa a ser, dentro dos limites de suas práticas clientelistas e de favores, mais criteriosa na aprovação e fiscalização dos projetos e loteamentos.

Esta produção fundiária, iniciada na década de 40, passa, recentemente, por um processo de modernização, consolidando uma tendência empresarial onde a promoção imobiliária resulta em maior renda e lucro a todos que dela participam.

3.3 - 3º Momento. (Década de 70 e 1ª metade da década de 80)

O terceiro momento se inicia com a política habitacional implantada pelo regime militar, como tentativa de diminuir as tensões sociais nas áreas urbanas, através da diminuição do déficit habitacional e de geração de empregos, no incentivo à indústria da construção civil, e difundindo a ideologia da "casa própria".

Segundo uma ótica autoritária e assumindo um modelo empresarial, o Estado exclui o usuário, direcionando sua produção no atendimento de diretrizes populistas e dos anseios da indústria da construção civil. Além disto, utiliza, como instrumento controlador, a política participacionista dos conselhos comunitários, que ele próprio cria ou incentiva.

Em Natal, a produção de conjuntos é incrementada entre os anos de 1974 e 1986, direcionando a expansão física da cidade. Durante este período, são implantados 63 conjuntos habitacionais, produzidas 41.217 unidades e ocupada uma área de 2.786,16 ha., que corresponde a cerca de 25% da área atual edificável do município (11.048,77ha.)*.

* Vide nota anterior.

Estes conjuntos abrigam, em 1985, uma população em torno de 230.000 hab., dado bastante significativo diante da estimativa do IBGE para o mesmo ano, de 510.000 hab.

Os conjuntos são implantados desrespeitando a débil legislação no tocante a uso do solo, tamanho do lote e área construída. Normalmente localizados em áreas urbanas periféricas, ou rurais, os conjuntos contribuem para o surgimento de grandes vazios, dando continuidade ao processo de ocupação rarefeita e fragmentada da cidade, iniciado com os loteamentos.

A localização dos conjuntos concretiza o processo de divisão sócio-espacial e a submissão do Estado ao mercado imobiliário. Na zona sul de Natal, foram implantados, principalmente, pelo INOCOP, conjuntos para uma população de maior poder aquisitivo. Na zona norte, ainda não valorizada, onde foi criado o banco de terras da COHAB são implantados conjuntos para a população de baixa renda. A grande distância do centro da cidade leva os moradores destes conjuntos, a grandes deslocamentos até o local de trabalho e, a enfrentarem enormes problemas com relação aos serviços urbanos básicos.

A ordenação espacial dos conjuntos é caracterizada, por um tipo de traçado que transforma determinadas zonas da cidade em um verdadeiro quebra-cabeças, sem marcos, referências ou qualquer outro tipo de identificação com o lugar.

A integração entre os moradores, já bastante comprometida pelo modo como chegam aos conjuntos, é ainda mais dificultada pelos obstáculos da própria configuração. Os espaços públicos, elementos importantes no relacionamento da vizinhança, não passam de mero cumprimento das leis. Sua disposição, tipologia e dimensionamento, mostram o descaso para com estas áreas; demonstrado, ainda, pela ausência de tratamento adequado e de equipamentos - fatores fundamentais para a apro-

priação pelos moradores.

Esta intensa produção imobiliária, sob encomenda do Estado e cooperativas vem diminuindo, consideravelmente, a partir de 1985, com o esgotamento do estoque de terras, realizado pelo Estado, o que provoca a construção de conjuntos fora dos limites do município.

Esta fase, no entanto, vai ser de fundamental importância para o surgimento e crescimento da indústria da construção civil, elemento determinante na caracterização do momento atual.

4. - OS 3 MOMENTOS E A PRODUÇÃO RECENTE DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

O processo da produção do espaço construído descrito pelos três momentos fazem com que a cidade, hoje, represente o resultado dessas ações acumuladas através de sua história, expressando o espaço concreto das diferentes práticas sociais que a produziram. No entanto, tais formas espaciais, nem sempre correspondem as atuais necessidades de acumulação do capital. Numa cidade onde a lógica do capital comercial predomina, as condições são mais propícias à especulação do solo, de terminando a lógica da organização do espaço urbano.

Um novo momento da construção do urbano surge e vem transformando estes espaços através de um sistema moderno de produção imobiliária - a Incorporação e o seu agente produtor - o Incorporador*.

* Incorporador - Agente que organiza o processo de produção desde a escolha e compra do terreno à obtenção do financiamento e comercialização do produto final. Por controlar o solo urbano, transformando seu uso, o incorporador tem ganhos capitalistas e fundiários. Ao interferir no processo de ocupação do solo, ele vende e realça as "diferenças" do espaço urbano.

A construção dos inúmeros conjuntos habitacionais, descrita no terceiro momento leva a indústria da construção civil a ocupar um significativo papel na dinâmica da economia urbana. A acumulação de capital proveniente deste período pode ser comprovada pelo impulso que toma as incorporações promovidas por empresas da construção civil, a partir do início da década de 80, quando diminuem as construções dos conjuntos promovidos pelo Estado.

Em Natal, as incorporações vem agindo diferentemente na intensificação do espaço construído, articulando-se com os momentos anteriores, de acordo com a área de atuação, sua configuração espacial e os agentes que interferem nestes espaços. Nas áreas centrais, espaço que caracteriza o 1º momento analisado, a atuação se dá na mudança do porte e uso das construções, substituindo antigas edificações de valor histórico e/ou deterioradas por edifícios comerciais no núcleo inicial, e residenciais nas adjacentes. Isto provoca um processo de verticalização e a saturação da infraestrutura existente. Nas áreas intermediárias, as incorporações passam a ocupar lotes vazios produzidos pelos loteamentos descritos no 2º momento. Expandem-se em direção a áreas menos valorizadas substituindo a população local por uma de maior poder aquisitivo. Nas áreas periféricas, ao sul da cidade, atuam ocupando terras em estoque, menos valorizadas aproveitando a infraestrutura e equipamentos dos conjuntos habitacionais circunvizinhos, construídos no 3º momento estudado.

Numa gradação de qualidade que vai desde o edifício de alto padrão nas áreas centrais, até a construção de conjuntos que seguem o mesmo padrão dos produzidos pelo INOCOOP, na periferia, as incorporações vão evidenciando a segregação sócio-espacial.

O surgimento deste novo agente atuando em vários espaços da cidade, e de diferentes maneiras, vem caracterizar um novo momento da produção

do espaço adequando as configurações existentes às novas necessidades de acumulação do Capital. Ver Figura 1.

As reflexões levantadas ao longo desta comunicação fazem parte de um trabalho que pretende aprofundar o estudo aqui somente iniciado.

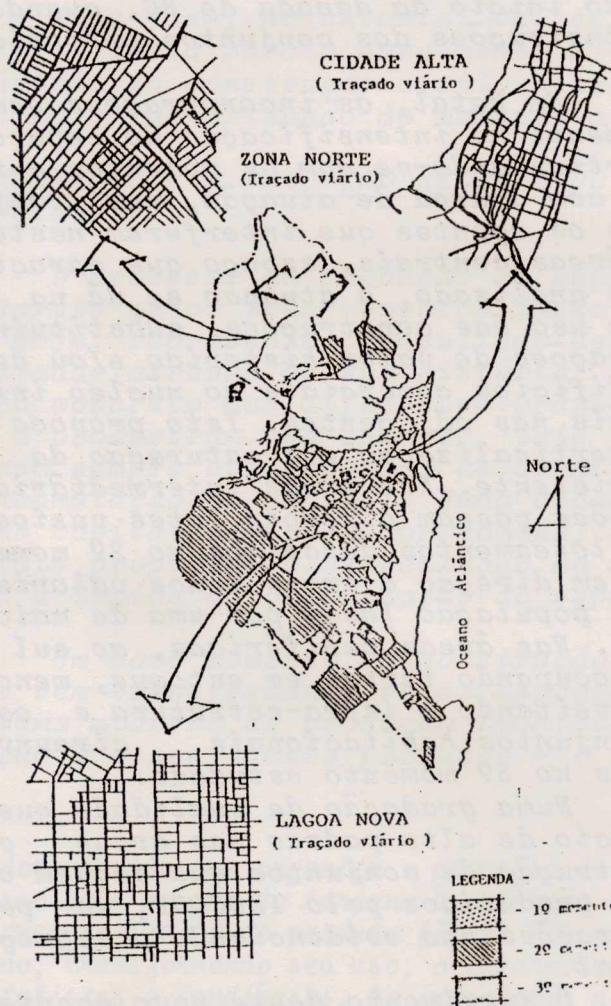


FIGURA 1 - NATAL: 3 configurações em 3 momentos.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - CLEMENTINO, M^a do Livramento M. Complexidades de uma urbanização periférica. Natal: UFRN, 1990. Tese de Doutorado.
- 2 - CORREA, Roberto L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989. 94 p.
- 3 - FERREIRA, Angela L.A. A produção do espaço urbano de Natal: loteamento. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORDESTE, 4, 1989, Salvador. Anais... Salvador: 1989. 33p. mimeo.
- 4 - RIBEIRO, Luiz C.Q. Produção imobiliária e uso do solo: capital e propriedade na urbanização do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 12, 1988, Anais... Rio de Janeiro: 1988. 35p. mimeo.

6 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CASCUDO, Luis da C. A história da cidade do Natal. Natal: (s.n.) 1974.
- FERREIRA, Angela L.A. A incorporação e a intensificação do espaço construído em Natal. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2, 1990, Natal. Anais... Natal: 1990.
- MEDEIROS, Anita A.; ALBUQUERQUE, Dulce C. Inventário do casario da Cidade Alta construído até a 2^a guerra mundial. Natal: 1989. Monografia.
- RIGATTI, Décio; BALESTRA, M^a Isabel M. Projetando a cidade: recontextualizar para a articulação das partes com o todo. Desenho urbano. In: SEDUR, 2, 1986, São Paulo. Anais... São Paulo: PINI, 1986. p. 51-58.
- SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópoles: Vozes, 1979. 156 p.
- VAZ, Lilian Fessler. História de bairros vista através do espaço construído: subsídio para o desenho urbano. Cadernos brasileiros de Arquitetura. Desenho Urbano II, São Paulo, v. 13, p. 29-33, 1984.

ESTUDO DA PLUVIOMETRIA DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN*

JOSÉ CARLOS BORGES - Prof. Dep. Geogr. UFRN

1 - INTRODUÇÃO

A faixa litorânea de Barra de Maracangape a Touros localiza-se na área de transição entre o litoral setentrional e oriental do Rio Grande do Norte. É uma área que possui poucos estudos específicos quanto aos aspectos climáticos, como as demais regiões do Estado.

Como se sabe, na região Nordeste, as dificuldades para estudos desse nível são inúmeras devido à não existência de estações climatológicas.

Qualquer estudo que aborde características climáticas, utilizam dados que mostram o comportamento do ritmo pluviométrico, pois é o único fenômeno que pode, de uma forma preliminar, caracterizar o clima de uma área.

No Nordeste Brasileiro e na faixa de Touros, onde se situa este estudo, a chuva é ainda a única fonte renovadora de água, apresentando em certas épocas uma escassez proveniente de vários fatores: climáticos, geológicos, hidrogeológicos e pedológicos.

"Sabemos que o período de estiagem é decorrente da fraca capacidade de armazenamento apresentado pelos solos e da extrema variabilidade crono-espacial que individualiza o regime pluviométrico. No Nordeste, uma distribuição inadequada das chuvas produz situação característica de seca, embora o total da precipitação não apresente valores muito abaixo da média em alguns casos. Isto,

* Estudo procedido para o Projeto de Gerenciamento Costeiro do Estado - CIRM/FUNPEC

verificamos através dos intervalos de tempo, entre dias de chuvas, que são muito grandes e insolação muito forte, alta temperatura e uma umidade relativa baixa na Região" STRANG (1976)⁶; CARVALHO (1973)²; RAMOS (1974)⁴ e MELO (1975)³.

STRANG (1972)⁶, estudando as normais climatológicas do Nordeste Brasileiro, deu ênfase à ocorrência das chuvas nos seus valores médios mensais. Constatou que "atuam na região três sistemas pluviais, penetrando de direções diferentes, e ocorrendo em épocas distintas do ciclo anual. Os meses centrais de cada sistema são os meses de dezembro, março e maio; as chuvas de cada sistema aumentam gradualmente nos meses que procedem o mês central e decrescem da mesma forma nos meses que se seguem".

BORGES (1983)¹, em estudo sobre a variabilidade pluviométrica, diz que "O Nordeste é uma região de baixa altitude, onde os estudos climáticos ainda não são bem desenvolvidos sob o ponto de vista meteorológico, razão porque ainda ocorrem muitas dúvidas e imprecisões nesse campo de dados básicos que permitam determinar de um modo preciso a irregularidade e a frequência das chuvas".

ROSADO (1983)⁵, diz que "ao contrário da luminosidade, ventos e temperatura, elementos constantes ou previsíveis, a precipitação constitui-se no elemento de previsibilidade mais difícil".

2 - PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS

Este trabalho aborda o comportamento da normal pluviométrica da faixa litorânea de Maxaranguape a Touros relativa ao período de 1965-1984, abstraído do mapa elaborado para o Estado do Rio Grande do Norte, cujas isoietas foram traçadas após plotados os valores conforme o método de J. Gallais para intervalos de classes, levando-se em consideração o relevo. Para a confecção da Carta Clímato

lógica foram coletados dados na SUDENE através do Departamento de Recursos Naturais, obtidos dos postos pluviométricos de Touros Lat. S. 5º 12' e Long. W.Gr. 35º 28', o único da faixa selecionada para estudos.

A não existência de dados sobre temperatura, insolação e ventos impediu a confecção da Carta de Isotermas como também a inclusão nesse relatório de uma análise sobre o comportamento dos ventos na região.

3 - RESULTADOS OBTIDOS

A precipitação pluviométrica da área de Maxaranguape a Touros se apresenta de forma irregular e concentrada, tanto em anos ditos como chuvosos, como em anos ditos de seca. Tendo por base as normais pluviométricas referentes ao período 1965 - 1984, a normal para a área é de 1.168mm; a mínima observada, no que se refere aos totais, foi, no ano de 1968, com 715mm (61% abaixo da média), e a máxima observada foi, no ano de 1974, com 1.835mm (75% acima da média). A relação máxima/mínima no período é de 7/13, ou seja, para cada sete anos chuvosos, são registrados treze de seca. (Quadro 2 e 3).

O período chuvoso pode se estender de março a julho, com o início das chuvas em janeiro ou fevereiro, mas as maiores concentrações variam de março, abril ou maio. Os menores totais precipitados se registram exatamente nos meses estivais de setembro a dezembro, com ênfase maior para outubro a dezembro, quando chega em alguns anos, notadamente de seca, a não se registrar precipitação. (Quadro 1).

Embora a normal pluviométrica mensal mostre que os meses de abril a julho apresentam maiores normais, quando se estabelece o critério de anos secos e chuvosos conforme o total da precipitação, os meses que apresentam maior concentra-

ção são os de março, abril e maio.

QUADRO 1 - Touros - Normal Pluviométrica Mensal (mm)
1965 - 1984

MESES	NORMAL	MESES	NORMAL
Jan.	41,3	Jul.	176,3
Fev.	99,0	Ago.	50,3
Mar.	161,2	Set.	39,1
Abr.	186,0	Out.	8,1
Mai.	177,2	Nov.	9,1
Jun.	218,9	Dez.	10,3

Fonte: Sudene-DRH - 1986.

O que se verifica nas tabelas dos anos secos é que, nos 13 anos observados, os totais precipitados são inferiores a 1.200mm, que é o mínimo exigido para o desenvolvimento das culturas. Além do mais, é dentro dessa isoietas que o polígono do semi-árido foi estabelecido para o Nordeste brasileiro. Ver Quadro 2.

QUADRO 2 - Touros - Anos Secos
(totais precipitados)

A n o s	Precipitação (mm)
1965	1.133
1966	968
1968	715
1969	826
1970	1.064
1972	919
1978	1.160
1979	1.037
1980	903
1981	986
1982	1.016
1983	960
1984	1.028

Fonte: SUDENE-DRH - 1986.

Para o período 1965 - 1984, o ano mais seco foi o de 1968, com um total precipitado de 715,8mm, mas os meses de março a maio foram os que concentraram o maior total de chuvas, 526,6mm, representando cerca de 70% da precipitação anual.

Quanto ao ano chuvoso de 1974, registrou-se um total de 1.835,8mm. Ver Quadro 3. Os meses de março, abril e maio acumularam 901,1mm, representando cerca de 48,9% do total precipitado. (Quadro 4).

QUADRO 3 - Touros - Anos Chuvosos
(totais precipitados)

A n o s	Precipitação (mm)
1962	1.504
1971	1.328
1973	1.791
1974	1.835
1975	1.253
1976	1.256
1977	1.371

Fonte: SUDENE-DRH - 1986.

QUADRO 4 - Touros - Meses de Maior Precipitação
Ano seco e chuvoso

MESES	1968	1974
Março	218,8	367,8
Abril	116,8	311,5
Maior	191,0	221,8
TOTAL	526,6	901,1

Fonte: SUDENE-DRH - 1986.

Observa-se que, nos demais meses desses anos tidos como habituais, as precipitações são distribuídas de modo muito irregular. (Quadro 5).

QUADRO 5 - Touros - Meses Estivais Precipitações
Ano seco e chuvoso

MESES	1968	1974
Outubro	0	7,8
Novembro	0	5,6
Dezembro	0	26,7
TOTAL	0	40,1

Fonte: SUDENE-DRH - 1986.

Nos anos secos, os meses de estiagem, outubro, novembro e dezembro, não apresentam qualquer precipitação. Já nos anos chuvosos, a precipitação nesses meses, ocorrem, mas é insignificante.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das análises procedidas, conclui-se que a região tem duas características bem marcantes quanto à pluviometria: 9 meses com chuvas, mas de forma não regular e 3 meses estivais. A área é de transição entre o litoral úmido ou Oriental e o árido que é o Setentrional. Como em toda a área nordestina, os valores precipitados variam no tempo e no espaço. A área litorânea recebe maiores volumes do que no interior da região.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - BORGES, J.C. Estudo da Variabilidade Pluviométrica de Mossoró e Região. Mossoró: (s.n.), 1983. (Col. Mossoroense, 258).
- 2 - CARVALHO, O. de. Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste. Recife: SUDENE, 1973.
- 3 - MELO, V. de. Recursos naturais, In: BRASIL. SUDENE; RIO GRANDE DO NORTE. SEPLAN. Diagnóstico estrutural do Rio Grande do Norte. Natal: 1975.
- 4 - RAMOS, R.P.L. Precipitation characteristic in the north east Brazil dry region. Fort Collins: Colorado State University, 1974. (Atmospheric Scienc. Papel, 224).
- 5 - ROSADO, V. Nono Rosado; um estudioso do problema das secas. Mossoró: 1979. (Coleção Mossoroense, 86).
- 6 - STRANG, May D.M.G.D. Análise Climatológica dos normais pluviométricos do nordeste brasileiro. São José dos Campos: C.T.A., 1972.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROÁLCOOL NO RIO GRANDE DO NORTE: Baía Formosa*

MARIA LEDA LINS GUIMARÃES - Profa. Estudiosa da Agroindústria Canavieira no Rio Grande do Norte.

O PROÁLCOOL, planejado e sustentado pela classe dominante - o Estado, os grandes proprietários de terra e outros membros da burguesia agroindustrial açucareira -, com mais de dez anos de trajetória, desde sua implantação no país, abandonou ou pouco se voltou para outros objetivos que não estivessem articulados com a expansão da lavoura canavieira e a produção de álcool proveniente da cana-de-açúcar⁽¹⁾. Nas áreas canavieiras do país, em particular no Rio Grande do Norte, a repercussão do PROÁLCOOL se dá ligada à produção de açúcar nas grandes e médias propriedades com a instalação e ampliação das destilarias anexas e autônomas. No espaço do município de Baía Formosa, as propriedades canavieiras, unidas à destilaria, formam hoje uma grande empresa, e as modificações que se deram na estrutura agrária foram maiores em relação a outros municípios da área.

A empresa canavieira modificou, também, a composição das forças produtivas, compo

* Texto extraído das considerações finais da nossa dissertação de mestrado "O Proálcool no Rio Grande do Norte: Baía Formosa, um novo espaço na velha ordem".

(1) Entre outros objetivos com os quais o PROÁLCOOL não se interessou, destacamos: o de produzir álcool oriundo da mandioca, através da expansão da oferta da matéria-prima; gerar novas alternativas para o cultivo de outros produtos agrícolas; e criar novas oportunidades de desenvolvimento para as regiões vazias ou deprimidas.

ção essa na qual a força de trabalho também foi redefinida. Aumentou o uso de máquinas e equipamentos e com isso desenvolveu-se a divisão social do trabalho, cresceu continuamente o capital investido em máquinas e equipamentos e reduziu-se relativamente o montante do capital aplicado na compra da força de trabalho. Essas novas situações, no espaço agrário, modificaram a relação capital X trabalho. Nessa relação encontramos especificidades nas atividades industriais e na agricultura.

Nas diversas atividades industriais na empresa canavieira trabalham centenas de operários, sendo a grande maioria formada por mão-de-obra mais especializada. Manifesta-se com frequência entre esses operários e os demais ligados à indústria, uma concorrência a nível de melhores ganhos ou melhores condições de trabalho que alguns têm em relação a outros. Por outro lado, sentem-se ameaçados pela reserva da força de trabalho sempre à disposição do capitalista, principalmente os trabalhadores sem nenhuma especialização. Na agricultura canavieira o capitalista impõe as diversas formas de assalariamento e vínculos empregatícios, por dispor de um grande contingente de lavradores, vendedores de força de trabalho. Mesmo assim, é bastante expressivo o número de assalariados que têm carteira assinada - dada a pressão do sindicato canavieiro da área determinada pela organização dos trabalhadores -, os que se assalariam por produtividade e por empreitada. Há, nessa relação, uma contradição: perante o patrão, os trabalhadores se unem para contrapor a sua força entre eles, ao mesmo tempo em que se organizam e lutam enquanto classe, e competem entre si para ter uma melhor situação no trabalho. Isso significa estar o social e o individual, o coletivo e o particular em contínuo conflito.

Dentre as modificações que se deram no conjunto das relações de trabalho, apreendemos que os trabalhadores da agricultura e da indústria es

tão mais conscientes da dominação a qual são submetidos pelo capitalista e compreendem que vendem a sua força de trabalho por salários muito baixo do que deveriam ganhar pela jornada normal de trabalho ou pelas horas extras que diariamente executam. Em contrapartida, entendem, que têm de assegurar os seus cargos ou funções na empresa, em razão da pressão que sofrem de um contingente numeroso de trabalhadores que, na maioria, contam com poucas alternativas na área canavieira. Quer dizer, na aparência são ameaçados por operários sem trabalho, na realidade a pressão vem do próprio sistema que cria e recria, quando lhe convém, o exército de reserva para inibir o avanço da organização dos assalariados. No seu espaço de trabalho, eles estão mais conscientes de que a competição, a separação e a divisão entre eles, aparecem com grande obstáculo à sua união. Por isso, lutam pela busca de seus direitos referentes aos vínculos empregatícios, salários mais justos e melhores condições de vida. Nos movimentos reivindicatórios, uns somam-se aos outros. Não lutam apenas por uma união circunstancial e necessária ao êxito dos seus movimentos, mas pela unidade enquanto classe, e pelos seus direitos garantidos por lei. (2) Dessa forma, gradualmente, vão-se fortificando e reagindo ao conformismo e à submissão enfrentando o capitalista.

As diversidade nas atividades industriais e as formas de assalariamento na agricultura canavieira constituem as especificidades que singularizam a relação capital X trabalho na empre

(2) Os assalariados da empresa canavieira por um lado, estão protegidos pela legislação trabalhista nas suas relações com os compradores de sua força de trabalho; por outro lado, a assistência social a que se obriga o capitalista, o permite aumentar a sua autoridade e controle sobre os assalariados.

sa canavieira de Baía Formosa. Na empresa canavieira, a força de trabalho agrícola e industrial, em bora desenvolvam atividades diferentes, estão ligadas pela continuidade do processo produtivo enquanto processo social de produção, realização de valor, utilização do valor, e utilização da força de trabalho. Assim, as diversidades nas atividades industriais e as diversas formas de assalariamento, com a intenção de separar e dividir os trabalhadores, geram o contrário porque, convivendo com essa situação, eles terminam por entender as manobras criadas pelo capitalista. Estas se prestam para disfarçar a exploração contida no uso da força de trabalho pelo empresário, após o trabalhador ser obrigado a vendê-la nos diferentes assalariamentos. Eles percebem de imediato essa situação e se unem contra o patrão através das lutas reivindicatórias. Mas, as conquistas imediatas conseguidas a nível de salário são logo perdidas porque os capitalistas reproduzem novas formas de exploração. Isso leva os trabalhadores a retornarem às suas lutas e compreenderem que suas conquistas materiais são frutos das incansáveis mobilizações e de suas forças.

As tendências às modificações no conjunto das relações de trabalho, na empresa canavieira de Baía Formosa, também devem ser encontradas na área canavieira do Rio Grande do Norte. Aí localizam-se as médias e as grandes propriedades canavieiras, as destilarias anexas e autônomas, que comportam um grande contingente de trabalhadores nas atividades industriais e na agricultura. Nessa área ocorreram, com grande repercussão, nos últimos anos, movimentos grevistas nos canaviais com a participação da maioria expressiva dos trabalhadores. Eles estão mais organizados, em relação a outras áreas agrícolas, em razão de se concentrarem em maior número. Mesmo assim, as suas condições de luta são marcadas por grandes dificuldades, dado o tipo de trabalho que realizam, isto é, pelas diver

sas formas de assalariamento na agricultura e diversificações nas atividades industriais. Porém, são nessas relações que estão a base da capacidade dos assalariados da área canavieira para pressionar, negociar, defender seus interesses, seus programas de atuação, etc. Desse modo, eles continuam a ver, nos capitalistas proprietários de terras, de usinas de açúcar e de destilarias de álcool, o centro do poder, das decisões, das possibilidades. Ao mesmo tempo, esses proprietários reconhecidos nas áreas de influência das empresas - os municípios onde possuem terras e os municípios fornecedores de cana-de-açúcar -, assim dominadas pelas exigências inerentes à reprodução do capital agroindustrial.

A grande produção de álcool, nas áreas canavieiras do Rio Grande do Norte e do país, emergente no planejamento do Estado, do setor agroindustrial açucareiro, com o PROÁLCOOI, foi de grande significado para o planejamento porque dispôs do espaço e da sociedade para fortalecer o poder da classe dominante. Mesmo avaliada a inviabilidade do programa, o Estado desenvolveu a sua atuação através de estímulos ao setor e aos outros setores ligados ao programa, até defrontar-se com a já esperada crise ao álcool. Essa crise se apresentou em consequência dos próprios desacertos do programa e entre estes destacam-se: a exacerbação do setor da agroindústria alcooleira em todas as suas possibilidades para a fabricação de álcool, sobretudo o álcool hidratado; a incapacidade do programa de não controlar a produção de álcool hidratado para o mercado, principalmente nas áreas de maior consumo; o não cumprimento, por parte dos produtores, de produzirem determinado volume de álcool hidratado, exigido pelo PROÁLCOOI, porque prejudicava os interesses das suas empresas na comercialização do produto.

O PROÁLCOOI debate-se com a crise de combustível e procura soluções, como: adicionar 5%

da gasolina no litro de álcool, importar 143 milhões de litros de álcool derivado da uva, 1,5 bilhão de litros de metanol, álcool extraído da madeira,⁽³⁾ e até diminuir ou suspender a exportação de açúcar para o mercado internacional.⁽⁴⁾ Esta medida comprova a ineficácia do planejamento do programa que não deu conta do que se propôs, sair da crise do combustível, e esbarrou nesta mesma crise. Ele tenta, agora, recorrer ao açúcar destinado ao mercado externo e utilizá-lo para a fabricação de álcool anidro, extraído do açúcar. A discussão dos especialistas e analistas sobre o assunto é de que esse recurso está causando uma reação desfavorável no setor da agroindústria açucareira e alcooleira, porque os usineiros, também produtores de álcool, das áreas canavieiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso estão comprometidos e com os seus interesses voltados para o mercado externo de açúcar. Estes vêm sendo pressionados para fabricarem álcool anidro e, dessa forma, aliviar a crise de abastecimento, principalmente no centro, sudeste e sul do país. Essas regiões já tem problemas de falta de álcool hidratado para consumo e a prazo imediato, serão abastecidas pelo álcool oriundo das áreas canavieiras do Nordeste.

As nossas indagações sobre essas questões, que caracterizam a crise de álcool, parte das contradições geradas pela classe dominante com a implantação do PROÁLCOOL. Este programa foi criado para diminuir a importação de combustíveis de alto custo, sobretudo o petróleo, e, no momento

(3) Jornal Folha de São Paulo, 31 de outubro de 1988, p. 30.

(4) A esse respeito, a Folha de São Paulo noticia que o Ministério de Minas e Energia reitera o pedido, ao Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, de diminuir ou até suspender as exportações de açúcar para que não fique prejudicado o abastecimento de álcool.

atual, o Estado propõe importar combustíveis por que o programa entrou em crise depois de mais de dez anos de sua implantação. Outra interrogação nossa diz respeito à diminuição ou até à suspensão da exportação de açúcar para a fabricação de álcool anidro, medida de emergência e conjuntural, a qual apenas adiará a grande redução na produção de álcool para combustível, o que diminui, no presente momento, o problema de abastecimento.

Outros questionamentos poderiam ser feitos no tocante aos recursos destinados à expansão da agricultura canavieira, nas áreas tradicionais e em outras áreas; aos insumos e equipamentos para as milhares de destilarias anexas e autônomas, sobretudo para a fabricação de álcool hidratado. Dessas destilarias, centenas poderão ser desativadas por falta de matéria-prima. A única certeza, nessa atual crise do PROÁLCOOL, é que, de uma forma ou de outra, serão encontradas soluções para não prejudicar os empresários do setor, enquanto, certamente, serão prejudicados não só os consumidores mas, principalmente, os assalariados das empresas canavieiras. Estes têm apenas como perspectivas o crescimento das lutas contra o opressor que se faz presente, não só na agroindústria açucareira ou alcooleira como em qualquer outro setor da economia onde há exploração de trabalho alheio. As manifestações das lutas são diferenciadas, mas, na essência, elas se fundem - é uma luta entre classes: uma querendo progressivamente aumentar o excedente de trabalho de terceiros e a outra procurando, de todas as formas, a aplicação do seu trabalho necessário.

Na área canavieira do Rio Grande do Norte, o município de Baía Formosa é um novo espaço capitalista porque aí têm sido maiores as articulações do capital com o Estado, através dos recursos destinados à empresa pelo PROÁLCOOL. A produção de álcool, sobretudo o álcool hidratado, de acordo com as exigências do programa, garantiu a

posse do espaço pela empresa canavieira e nele imprimiu "o novo", isto é, na modernização da linha dos seus equipamentos, maquinarias, novas técnicas da agricultura, e também disfarçou, "de novo", as formas de assalariamento na agricultura e as diversidades nas atividades industriais. Mas não pôde esconder que estas se prestam para separar e dividir, gerar concorrência ou competição e conflitos entre os assalariados da empresa. É "o velho", representado por essas contradições, manifestadas pelos assalariados, na relação com o capitalista e contra o capitalista.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CRUZ, Dalcly da Silva; ARAÚJO, Ilza Leão de. As greves no canavial. Terra e Sal. v. 7, jan./mar. 1986.
- EGLER, Cláudio Antonio. Impactos sociais econômicos e ambientais do PROÁLCOOL na Paraíba. João Pessoa: 1984 (Cadernos CADECIT, 2).
- PINTO, Luís Carlos Guedes. Proálcool, Terra, Renda e Poder. Caderno do CEAS, Salvador (BA), n. 69, set./out. 1980.
- SILVA, José Gomes da. Proálcool e a questão agrária. Caderno do CEAS, Salvador, n. 77, jan./fev. 1983.
- SOUZA, Clemilda Maria de Oliveira. Movimento operário na Zona da Mata de Pernambuco (um estudo das relações entre canavial e usina - 1955-1964). Campina Grande, 1982. Dissertação de Mestrado.
- TOSTES, Octávio. Álcool, o combustível do Terceiro Milênio. Cadernos do Terceiro Mundo, São Paulo, n. 57, ago. 1983.

CRESCIMENTO URBANO E FAVELIZAÇÃO EM NATAL
(1940-1990)

MARIA ANA MOURA DE OLIVEIRA DA SILVA- Profa. Dep.
Geog. UFRN.

1 - INTRODUÇÃO

Fundada no final do século XVI, Natal teve o crescimento populacional muito lento, que pouco alterou suas feições originais. Foi no período de 1940 a 1990 que a cidade sofreu as mudanças mais significativas de sua história. Transformada em base militar, devido à sua posição geográfica estratégica, na década de 1940, Natal passou a receber importantes contingentes migratórios em função das deficiências do setor primário, das crises periódicas decorrentes das secas e do desenvolvimento industrial impulsionado pela ação dos governos Estadual e Federal. O incremento do setor industrial principalmente têxtil, e o fortalecimento do setor de serviços não chegaram a proporcionar condições favoráveis à absorção da força de trabalho existente, o que manteve uma grande parcela da população em estado de pauperização. Esse processo de crescimento urbano e concentração das atividades econômicas em Natal, criou novas exigências e necessidades, aumentando principalmente a demanda por habitação, transporte e saneamento básico. A ação do Estado, no período de 1964 a 1986, aumentou o parque habitacional de Natal, através da construção maciça de conjuntos habitacionais. Paralelamente, a especulação imobiliária avançou e o capital definiu a lógica da expansão da cidade, a "lógica perversa" da segregação social do espaço urbano. O processo de favelização apresenta-se decorrente dos processos citados. As favelas congregam hoje aproximadamente 8% da população de Natal e apresentam 3 tipos identificá-

veis: as favelas antigas; as favelas recentes e os aglomerados em formação. Analisando estes tipos de favelas, o trabalho mostra suas relações com o processo econômico, social e político, que definem a sociedade e a natureza da resposta institucional à questão da favela.

2 - O CRESCIMENTO URBANO E PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO EM NATAL

A cidade de Natal apesar de fundada em 1599, teve um crescimento populacional muito lento, até 1940. Natal sofreu mudanças significativas com a ocorrência da 2ª Guerra Mundial, devido sua posição geográfica estratégica, a cidade foi transformada em base militar, o que acarretou a concentração de um grande contingente de população militar e civil, bem como maior circulação de dinheiro na cidade (construção do aeroporto - "Trampolim da Vitória").

A intensificação do fluxo migratório é visível quando se observa que no período de 1940 a 1950, a cidade cresceu em termos populacionais 88,2%, o que representa um índice migratório altíssimo para o tamanho da cidade, como veremos a seguir:

1940.....	54.836 habitantes
1950.....	106.215 habitantes
1960.....	162.537 habitantes
1970.....	264.379 habitantes
1980.....	416.898 habitantes
1990.....	690.000 habitantes

Como vemos os índices vem dobrando a cada 10 anos na área urbana. O que posteriormente contribuiu ainda mais para o aumento das migrações, foi o impacto urbano industrial das ações governamentais através da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, concentrando investimentos nas capitais, bem como a defici-

ência estrutural do setor primário e as crises periódicas decorrentes das secas.

Com tudo isso o homem migra e a indústria não absorve esse contingente, nem com emprego, nem com habitação, daí a geração das favelas; devemos considerar também o fato de Natal, tradicionalmente ser uma cidade voltada para o setor de serviços.

Ainda com relação a migração para Natal, em 1970, observa-se um incremento do setor industrial, sendo o ramo da indústria têxtil o mais desenvolvido, o mais beneficiado pela política de incentivos fiscais da SUDENE (o programa do Parque Têxtil Integrado) criado pelo Governo Estadual, oferecia vantagens aos investidores para que estas se localizassem no Estado.⁽¹⁾

Exemplo: Através do mecanismo 34/18, FINOR, dava isenção de impostos, subsídios fiscais, etc.

As transformações ocorridas no setor industrial, como era de se esperar, provocaram mudanças na estrutura ocupacional da cidade, no entanto, a população continuou desigualmente distribuída nos diversos setores de atividades econômicas, concentrando-se predominantemente no setor terciário. Isto se deve ao próprio modelo de industrialização que não propiciou mudanças estruturais, ou seja, modernizou a indústria tradicional (indústria de bens de consumo, confecções) e não implantou a indústria de base, impulsionadora de desenvolvimento econômico.

Exemplo: (A Petroquímica, Siderúrgica, Fábrica de Motores e Reposição de Peças, etc).

A debilidade deste mercado de trabalho que não apresentou condições para absorção da força de trabalho disponível, aliado ao caráter concentrador da renda, manteve o estado de pauperização em que se encontra grande parcela da população.

O crescimento econômico registrado na década de 70, não levou os níveis de renda da maioria da população.

Em 1980, a renda de 80% da população não atingia a 03 salários mínimos e havia ainda um grande número de pessoas sem acesso ao mercado de trabalho formal (emprego fixo). É na década de 80, que se observa uma estagnação no processo de crescimento industrial, uma violenta queda no desempenho da economia do Estado, com o fechamento de grandes unidades fabris. Quem sustentou a economia nesse período foi a produção canavieira, através do Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL, empregadora de mão-de-obra temporária e o início da produção maciça de petróleo e gás no interior do Estado. Essas duas atividades não concentradas de mão-de-obra urbana. Vejam bem: a 1ª (a atividade canavieira se dá com a expulsão dos trabalhadores da terra, esse certamente vai se fixar nas periferias das cidades). A 2ª atividade (a produção de petróleo e gás) trouxe para Natal, técnicos e engenheiros da Petrobrás e de empresas subsidiárias que aliadas ao funcionalismo público, civis e militares, formaram uma parcela da população com renda bem superior a grande maioria da população natalense.

Este fator contribuiu para a elevação do custo de vida em Natal.

Por outro lado, acarretou a abertura de magazines e centros comerciais, a multiplicidade de lojas de materiais de construção, revendedoras de automóveis, entre outros.

Na segunda metade da década de 80, surgiu na economia da cidade um fato novo, o "boom" turístico que consolida em meados de 85, as grandes construções de unidades hoteleiras na orla marítima e o crescimento do investimento do Estado neste setor.⁽²⁾

É portanto o turismo que mais uma vez veio trazer para a cidade a consolidação da prima

zia do setor de serviços e setor comercial. Neste momento observa-se a transferência de capital do setor imobiliário, que nesse período entrou em crise.

Assim Natal é uma cidade que cresceu em termos populacionais sem a industrialização necessária para garantir um nível razoável de emprego e de renda à sua população que sobrevive graças ao crescimento do setor terciário da economia.

Todo esse processo de concentração e de crescimento urbano, demográfico e de atividades econômicas, criou novas exigências e novas necessidades à reprodução da força de trabalho. Aumentou a demanda por habitação, transporte, saneamento básico, saúde, educação e lazer.

Com relação a habitação, é considerável o número de moradias produzidas pelo Estado, destinadas as classes médias e populares. A expansão do parque habitacional de Natal, se deu pela construção maciça de conjuntos habitacionais.⁽³⁾ A proliferação indiscriminada destes conjuntos habitacionais sem qualquer planejamento a nível municipal ou estadual, desrespeitando inclusive a já débil legislação em vigor, quanto a área construída e tamanho do lote; aliada também a falta de um estudo prévio das condições ecológicas das áreas a serem edificadas, a falta de uma análise dos aspectos econômicos e sociais da população atendida, vem contrinuir para aumentar os problemas já existentes na cidade. Sem questionar a qualidade das moradias produzidas, essa produção em massa de habitações, ainda estar longe de atender a demanda habitacional; vale salientar também que esses conjuntos habitacionais ou essas moradias não vêm acompanhadas dos equipamentos urbanos, nem em qualidade de equipamentos de saúde, educação, segurança, transporte e saneamento básico, ou seja, dos bens de consumo coletivo.

A instalação dos conjuntos habitacio

nais se deu fora da malha urbana, criando enormes vazios, beneficiando as áreas intersticiais, induzindo sua conseqüente valorização. Isto proporcionou um crescimento periférico e horizontal da cidade, fato que dificultou e encareceu o fornecimento de bens e meios de consumo coletivo.

Desta maneira, pode se dizer mais uma vez que o processo de urbanização de Natal, deu-se de forma desordenada e sem condições mínimas para o atendimento das necessidades básicas de uma grande parcela da população. Os recursos aplicados no assentamento residencial, principalmente o popular, no que se refere à reprodução da força de trabalho (habitação, infra-estrutura e equipamentos urbanos), foram insuficientes diante das exigências e dos problemas criados por esse processo de urbanização. Enquanto isto, a especulação imobiliária avançou e o capital definiu a lógica de expansão da cidade e o processo de divisão e segregação social do espaço urbano de Natal.

3 - O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO E A RESPOSTA INSTITUCIONAL À QUESTÃO DAS FAVELAS EM NATAL

O surgimento das favelas em Natal deu-se a partir da década de 60, quando algumas áreas centrais e periféricas foram ocupadas por uma larga faixa da população de baixa renda, destacando-se os bairros das Rocas e Santos Reis.

A partir de então, outras favelas foram surgindo e expandindo-se por toda cidade.

Verifica-se já em meados da década de 70, a existência de 30 áreas com configuração de favelas.⁽⁴⁾

Em 1984, a SEMPLA⁽⁵⁾ fez um novo levantamento no qual constatou-se um aumento do número de favelas, (39 favelas em 84). Configurando-se assim uma grande concentração das favelas situadas em áreas públicas, mais distantes do cen

tro e da praia, com tendência de localização em áreas periféricas.

Hoje, Natal, a exemplo de outras capitais nordestinas (Recife, João Pessoa e Fortaleza), convive com um elevado contingente de população favelada, cuja qualidade de vida chega mesmo a comprometer a sua reprodução. Essa população está mesmo localizada em áreas de litígios, faixas marginais de vias e córregos, em terrenos ou em construções temporariamente abandonadas.

Muitas favelas de Natal, estão situadas em terrenos que não se destinam ainda para uso coletivo, ou mesmo em terrenos que apresentam risco de desabamento, ou ainda em áreas que se destinam a depósitos de lixo, esgotos, entre outros.

As favelas de Natal apresentam hoje três tipos identificáveis:

- 1) Em primeiro lugar as favelas mais antigas, com maior contingente populacional, situada em bairros próximos ao centro urbano, que com o tempo adquiriram feições de bairros populares, tais como Mãe Luiza e Brasília Teimosa. Nestas favelas constata-se uma melhoria relativa no padrão habitacional, são servidas por rede de infra-estrutura: energia, água e equipamentos comunitários.

Constata-se também um processo de regularização de posse de terra, mediante carta de aforamento por parte da Prefeitura.

Constata-se igualmente um certo desenvolvimento comunitário, fortalecido pela existência de lideranças e associações comunitárias.

- 2) No segundo tipo, se enquadra as favelas recentes; com menor contingente populacional. Situadas em áreas intermediárias, próximas a bairros de maior valorização. Ex: Mereto, Japão e do Musquito. No caso des

tas favelas, constata-se a predominância de barracos e habitações subnormais - mal servida de infra-estrutura e equipamentos comunitários;

- menos organizada politicamente;
- sofrem dupla pressão: por parte das instituições governamentais e por parte da população de melhor poder aquisitivo, pressionando para que a favela seja removida.

No caso do Japão, esta população serve de reduto eleitoral para os partidos progressistas e da situação que aí disputam sua clientela. Isto explica porque esta favela tem sido objeto de intervenções tantas vezes, por que rendem dividendo políticos antes dos principais pleitos eleitorais.

3) A terceira categoria inclui um grande número de favelas recentes e pequenas, situadas em áreas periféricas ou de expansão urbana.

- Por sua situação em terrenos privados são objetos de remoção forçada e levadas a se reconstituir em outras áreas mais distantes do centro urbano.
- O padrão habitacional é extremamente precário, predominando barracos de tábuas, lonas, papelão e casas de taipa.
- A maioria dos seus moradores são migrantes rurais e urbano, tendo já percorrido várias favelas.
- O que caracteriza ainda mais esses agrupamentos subnormais é a ausência de infra-estrutura básica e equipamentos comunitários.

4 - CONCLUSÃO

Assim o modelo concentrador de renda da economia nacional e a falta de programas sociais básicos, objetivando essencialmente a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida

dos seus cidadãos, favoreceu sobretudo o aumento dessa "massa de miseráveis", existentes hoje na cidade.

Sem dúvida, um dos problemas mais preocupantes nas sociedades capitalistas é a favela, o que dá origem a uma produção de espaço nitidamente segregadora.

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, concomitantemente cria milhares de desabrigados e desapropriados que cedem seus locais de residência para grupos de renda que, efetivamente, podem pagar o preço de um progresso, o qual se dá por meio de uma grande especulação imobiliária.

Obviamente, tal exclusão urbana leva à fixação das camadas mais pobres em zonas desprovidas de serviços públicos, até que um dia, novamente, a população com o crescimento da cidade, seja outras vezes e muitas vezes expulsas.

No que diz respeito à resposta institucional, a questão da favela começou a se articular a partir de 1970.

Até então somente a Igreja, através das pastorais e movimentos sociais de base, tinha considerado a favela como área de atuação preferencial, dirigindo suas ações para a conscientização dos favelados e sua evangelização.

Com a aceleração do processo de expansão da cidade e a ocupação de áreas valorizadas, o poder público foi obrigado a definir novas regras quanto à ocupação do espaço urbano.

O jogo da especulação imobiliária, o papel desenvolvido pelo Estado através de suas agências de fomento ao desenvolvimento urbano, bem como a mudança de atividades e a expansão do setor turístico, sempre tratou a questão da favela como objeto isolado dentro da estrutura urbana.

5 - NOTAS

- 1 - Em 1971 foi criado pelo Governo do Estado o Programa do Parque Têxtil Integrado, que oferecia vantagens aos investidores para que estes se localizassem no Estado, oferecendo uma bateria de incentivos além dos já oferecidos pela SUDENE.
- 2 - Segundo dados da INFRAERO, 402.000 pessoas visitaram Natal em 1989.
- 3 - A produção habitacional entre 1963 e 1986 atingiu o total de 36.859 unidades até 1986, abrigando uma população em torno de 202.724 pessoas (37% da população total), sem contar as moradias dos militares.
- 4 - Segundo dados levantados pelo projeto RONDON, em Natal, e pelo setor de Assistência Social da SEMPLA, em 1975 (ver quadro a seguir).
- 5 - Em 1984, a população de Natal era de 520.000 habitantes (estimativa do IDEC). No mesmo ano a população favelada estava em torno de 27.749 correspondendo a 5,34% da população total. (SEMPLA).

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS FAVELAS EM NATAL, EM 1975
(LOCALIZAÇÃO E Nº DE BARRACOS)

Nº	NOME DA FAVELA	NÚMERO BARRACOS
01	Japão-China	303
02	P. das Lavadeiras	30
03	P. Nova das Lavadeiras	10
04	Do Salgado	20
05	Parque 13 de Maio	250
06	Miguel Castro	30
07	Dos Barreiros	800
08	Do Mereto	500
09	C. da Esperança	60
10	R. do Palha	200
11	Gruta do Urubu	60
12	Tororôs	250
13	Lagoa Nova	45
14	DER	120
15	Redinha	30
16	Das Salinas	20
17	Do Mosquito	200
18	Britador	20
19	Candelária	20
20	Viaduto	40
21	Lagoa Nova II	60
22	Nestor Lima	100
23	Areinha	35
24	Morro Branco	20
25	Hospício	30
26	Cruz Vermelha	50
27	Canto do Mangue	200
28	Vietnã	2.500
29	Mãe Luiza	2.500
30	Brasília Teimosa	2.600

6 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BRASIL. Leis e Decretos. Lei nº 3175/84 de 29 de janeiro de 1984.
- BOLAFFI, Gabriel. Para uma nova política habitacional urbana: possibilidade econômica, alternativas operacionais e limites políticos. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). Habitação em questão. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. p. 167-196.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Lei federal de desenvolvimento urbano: proposta e comentário. Revista de Estudos Regionais e Urbanos., v.2, n. 18, p. 107-112, 1986.
- FERREIRA, A.L.A. Produção da habitação popular: considerações para o seu estudo. Revista Rascunho, Natal, n. 3, p. 65-91, 1983.
- MARTINE, George. Migrações internas no Brasil: reflexões sobre a correspondência entre problemas, pesquisa e política. (s.l.): PNUD - Projeto de Planejamento de Recursos Humanos, 1978. Mimeo. (Trabalho apresentado no Seminário sobre Redistribuição Espacial da População, Santiago do Chile).
- PACHECO, Cleúdia Bezerra; AZEVEDO, Dagmar Barbalho. A janela de Brasília Teimosa: os efeitos da dominação do espaço. Natal: UFRN, 1981.
- SANTOS, Pedro Antonio de Lima. Tese sobre os planos de Natal. Natal: 1989. Mestrado em Ciências Sociais.
- SILVIO, Maranhão. A questão Nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PRODUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRABALHO UTILIZADOS
NA PESCA ARTESANAL NA LAGOA DE PIATÔ - ASSU/RN

WANI FERNANDES P. TEIXEIRA*

RESUMO

Registra os tipos de instrumentos de trabalho de pesca artesanal, tendo como referência a especificidade do habitat - Lagoa. Trata também de analisar todo o contexto do processo de produção destes instrumentos.

1 - INTRODUÇÃO

O interesse pela produção dos instrumentos de trabalho utilizados na pesca, surgiu a partir do planejamento da Semana do Pescador, realizada, no Museu "Câmara Cascudo", no período de 01 a 04/07/88. Tema de uma exposição, tentamos através de registro fotográfico, preencher uma lacuna existente nas pesquisas sobre a pesca artesanal. Preocupadas em dar conta das condições de trabalho em geral, da interferência de programas institucionais nesta atividade, a produção dos instrumentos de trabalho, parece não merecer tanta importância no contexto da produção do pescado. MALDONADO (1986)⁴.

Pretendemos portanto, resgatar um pouco da história da confecção destes instrumentos, analisando-a enquanto uma atividade produtiva e

* Antropóloga, Professor do Museu "Câmara Cascudo" da UFRN, Pesquisadora do Projeto "Aproveitamento da potencialidade pesqueira da Lagoa do Piatô - Assu/RN, CNPq/ESAM/FUNPEC.

componente de um mercado de trabalho. Nosso projeto de pesquisa se constitui também num subtema do estudo referente à avaliação e análise das condições de vida e reprodução das populações pescadoras da Lagoa do Piatô, bem como da potencialidade pesqueira daquele reservatório d'água. Projeto intitulado: "Aproveitamento da potencialidade pesqueira da Lagoa do Piatô - Assu/RN," financiado pelo CNPq, através da FUNPEC/ESAM.

Apresentaremos a seguir uma análise parcial dos dados obtidos no trabalho de campo.

2 - TIPOS DE INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA LAGOA DO PIATÔ - ASSU/RN

São os seguintes os instrumentos usados na pesca da Lagoa: embarcações, malhadeira ou rede, tarrafa e covos.

2.1 - Embarcações

Na Lagoa do Piatô, a canoa, como reafirmam LODY e SOUSA (1988)³, uma "herança indígena," é a embarcação de maior ocorrência. Serve para pesca, travessia, e transporte de pequenas mercadorias. São movidas a remo ou a motores "popa". Confeccionadas, com costelas* de louro vermelho ou piquiã, a madeira é comprada nos armazéns da cidade do Assu, ou ainda "importadas" pelos pescadores da Paraíba. Além da madeira, são utilizados o ferro, pregos galvanizados e betume para calafetagem*, para a impermeabilização da madeira. Atualmente na Lagoa do Piatô, existem aproximadamente 195 canoas movidas a remo. Já as movidas a motor, denominadas pelos pescadores de barco a motor, são apenas três.

* Ver Glossário.

O artesanato naval na Lagoa do Piatô, está localizado basicamente em dois portos, onde indentificamos três produtores. Um artesão em Areia Branca e dois outros no Porto Piatô.

Pelo que pudemos constatar a partir da produção das canoas do Porto de Areia Branca, é possível identificar um perfil do artesão. Esse perfil é resultante de todo um processo que consiste da incorporação no objeto produzido, e de inovações e aperfeiçoamentos, o que faz com que o instrumento produzido apresente a marca do seu produtor. No caso específico de Areia Branca, as modificações adotadas pelo artesão, Chico Lucas foram efetuadas a partir de uma embarcação construída em Assú. Identificando algumas falhas, o mesmo passou então a construir suas próprias canoas, alterando: a nasgueira* de ponta de corte, a dimensão, a substituição da embira* no lastro da canoa pela calafetagem*, impedindo o vazamento de água. Segundo nos informou o artesão, o contato da madeira com água provocava uma espécie de inchago, dilatando a madeira. Com isso, a embira* era expulsada das emendas e permitia a entrada da água no fundo do barco. A partir desta constatação passou-se a utilizar a embire apenas nas emendas laterais. Enfim, Chico Lucas criou seu próprio modelo, e a eficiência constatada do instrumento fez com que "ganhasse nome fazendo canoas". Finalmente, um detalhe nos chamou a atenção - as canoas na sua maioria não são pintadas. O motivo alegado, o alto custo das tintas, corresponderia segundo o informante, "o gasto numa feira".

2.2 - Os Covos

Tendo como matéria prima principal o talo ou caneleta* obtida da folha da carnaúba, os

* Ver glossário.

covos são usados na pesca do camarão. são confeccionados nos portos da Lagoa do Piatô ou "importados" do Mendubim e Patarô, principalmente durante os períodos de grande safra do pescado. Além do talo da folha de carnaúba, entram na confecção dos covos: uma espécie de cipô nativo - o bugi, arame. Como instrumento do artesão - uma faca com que trabalha os talos e um alicate.

Em fevereiro/89, localizamos no Porto Piatô, dois artesãos, seu Glicério e seu filho - vindos do Ceará, migrando com a pesca, desde os açudes de sua cidade passando por São Rafael e Assu. Haviam se instalado no Porto Piatô desde setembro de 1988. Há quinze anos "fazendo aquele serviço", nosso entrevistado aprendeu a confeccionar os covos desmontando um que encontrou no rio onde pescava. O covo é composto por quatro partes. A esteira a parte exteira, a "sangra" ou sangria, uma esteira menor, para entrada do camarão, um funil, onde fica aprosionado o crustáceo e uma tampa para impedir a fuga do mesmo. Na confecção dos covos os talos podem ser obtidos na mata, apanhando-se as folhas que caem da carnaúba. Ou ainda, comprá-las já preparadas transformadas em pequenas varetas mais ou menos uniformes. Também na mata, se encontra o bugi* para a amarração. O arame no caso é comprado em armazéns na cidade, por quilo. A armação dos covos, se procede da seguinte maneira: faz-se a esteira* formada pelos talos maiores e quatro teias de arame, parecendo um pequeno traçado, retangular de aproximadamente 60 centímetros. Em seguida fecha-se a esteira que se transformará num cilindro. O mesmo processo serve para o traçado e montagem da "sangria" que semelhante a um cilindro menor, após ser amarrado é acondicionado no centro da esteira. O funil, uma esteira ainda menor é armada semelhante às

* Ver glossário.

duas partes anteriores. Para sua instalação na sangria no entanto ela é arqueada, tomando forma de um funil daí o seu nome. Finalmente, acondiciona-se a tampa, na parte inferior do covó também elaborada ao mesmo sistema das outras esteiras. A produção diária dos dois artesãos, correspondia a 25 covos, trabalhando até as seis sete horas da noite, parando apenas para o almoço. A atividade exige longas caminhadas para a obtenção da maior parte da matéria prima necessária - a folha da carnaúba e o bugi. Além disso, também esforço físico para arquear ou fechar as esteiras. Todo o trabalho de montagem da armadilha se realiza durante o dia sentado no chão da casa ou em pequenos bancos.

Na data em que realizamos a entrevista, o artesão cobrava por cem covos, NCz\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzados novos). Além de artesão, seu Glicério complementava sua renda com a "aposentadoria dos velhos" - FUNRURAL, e inicia va sua primeira pescaria no Porto Piatô.

De modo geral nos outros portos, são os próprios pescadores que confeccionam seus covos. Com o período de boas safra da pesca do camarão não sobra tempo para receber outras encomendas. Foi o que constatamos em Areia Branca, ao entrevistar Sebastião, pequeno artesão de 8 anos. Apesar da pouca idade, já é um exímio construtor de covos, ajudando o pai, que é pescador. Reafirmamos os dados obtidos com os outros artesãos do Porto Piatô, este nos informou que para os covos usa a palha seca da Carnaúba e o bugi para a amaração. Das matas já traz o talo pronto, só a cabeça (parte superior da haste da folha da carnaúba), e o rabo, o final da folha, além do bugi. Para contar e medir os talos que vão ser usados nos covos o pequeno Sebastião, utiliza um tronco de carnaúba denominada forma. Um prego dobrado serve para suporte para contar as varetas. Três sulcos profundos no tronco, correspondem às medidas para

a esteira, a sangra, o funil. Duas varetas de car
naúba servem também como medida para a esteira e
sangra, já prontas para serem armadas ou arquea-
das*. Além do arame,** utiliza também o monofi,
cordão grosso de nylon, usado em varal de roupas.
Este cordão serve para amarrar os talos, prender
a tampa na esteira, fazer a alça da tampa do covo
dando apoio para despejar o camarão na canoa. Com
ele também se prendem todos os covos que enfilei-
rados são lançados na lagoa para o "molho", ou se
já a pesca do camarão. Além dos covos Sebastião
também sabe preparar o puim, a isca para o cama-
rão. Suas "formas" para moldar o puim, são feitas
de restos do carretão de linha de nylon, usadas
para as redes de pescar, transformados em argolas
de tamanhos variados. Diante de nossa admiração
pela destreza de Sebastião ao confeccionar covos
apesar de sua idade, sua mãe, Dona Terezinha nos
diz: "Cada qual ensina aquilo que sabe, pobre pa-
ra escapar, inventa de tudo"...

2.3 - Redes e Tarrafas

Das diversas atividades que ocupam a
força de trabalho feminina da Lagoa do Piatô - ta-
refas domésticas, cultivo da roça e eventuais pes-
carias - tecer linha de redes, se constitui na
mais importante.

A feiteira de linha*, produz para ca-
sa, tecendo para o marido, e também encomenda, pa-
ra outros pescadores. Destes recebe todo o mate-
rial necessário à confecção: a linha ou nylon, a

* Ver glossário.

** Em novembro/89, com um quilo de arame, custando Cz\$
15,00, o artesão confeccionava 20 covos aproximadamente.
O preço dos covos prontos custava Cz\$ 1,60, novo e Cz\$
1,20, caso já fosse usado.

escala* usada na preparação do tamanho da malha; o burdão*, chumbo, e a bóia, para o entralhe. De todo esse material apenas a agulha é de propriedade de da artesã.

Preparar uma malha ou linha, desde que não seja uma linha vexada*, leva em média 15 dias. O preço é acertado, por quantidade de tubos de linha utilizados. Em dez./88 era pago NCz\$ 10,00 e agosto/89 NCz\$ 20,00 por tubo. Embora algumas mulheres dominem todo o processo de tecelagem das redes, o preparo do corpo ou malha, o entralhe, além de remendar, existe uma especialização técnica. Umas apenas tecem a malha, enquanto outras mulheres se aperfeiçoam no entralhe e outras ainda sabem remendar com perfeição. O remendo* no entanto, se constitui na atividade mais constante do Piatô. No processo da tecelagem se reproduz a manutenção deste instrumento de trabalho.

Embora a feitura de redes e tarrafas seja hoje uma atividade feminina, "pois os homens têm outras coisas para se preocupar", percebemos uma certa variação no Porto Piatô e Bela Vista. Nestes portos as mulheres apenas tecem e remendam as linhas. O entalhe vai se revelar uma atividade masculina, o que não ocorre em Areia Branca, Olho D'água. A forma de pagamento do entalhe, tal qual o referente a confecção da malha, tem também como referência o número de tubos de linha gastos na confecção. Em dez./88, pagava-se Cz\$ 0,70 por unidade (tubo). Em agosto/89, Cz\$ 1,40. Os remendos são pagos por diária e leva-se uma média de cinco dias para consertar uma malha de oito panos. Atualmente a diária corresponde à NCz\$ 2,00. Os preços portanto pagos na confecção e reparos das redes e tarrafas, não permitem a autonomia da artesã. Não há condições para que ela mesma adquira o material necessário e produza por conta própria as redes e tarrafas. Todo o circuito - a encomen-

* Ver glossário.

da e a circulação das linhas - é determinado pelo pescador, seja ele intermediário parcial ou mesmo o matuto*, este o intermediário strito sensu. Nesse caso as redes são portanto encomendas às feiteiras e após a conclusão repassadas pelo proprietário aos outros pescadores que trabalham alugadado*. Mesmo o tipo de malha a ser confeccionada passa pelo controle do pescador. Daí também lhe pertencer a escala, pequeno retângulo de madeira que marca a abertura da malha. Por exemplo: 8 1/2, 9, 10. Resta portanto à artesã, demonstrar sua técnica: seja na tecelagem da malha ou principalmente no entalhe da mesma, dependendo da sua especialidade. Além da especialização técnica, a organização do trabalho das mulheres para a produção das malhas ou panos, varia de acordo com os Portos.

A maioria das artesãs recebe diretamente do pescador a encomenda das "linhas" e executa sozinha suas tarefas. Entretanto, registramos em nossa pesquisa de campo duas variações que merecem ser mencionadas. A primeira, no Porto de Olho D'água, o trabalho de tecelagem, remendo e entalhe, era realizado também em duplas, ou seja, por duas artesãs ao mesmo tempo. Embora consideram um "trabalho mais rendoso", as mulheres não conseguiam estabelecer um cálculo exato pelo dia de trabalho individual, dividindo por igual o ganho das encomendas. Além de rendoso, o trabalho conjunto, torna a tarefa mais rápida, diminuindo também a monotonia da tecelagem e do remendo. Com a reciprocidade do trabalho, repartiam também o seu cotidiano. Dessa forma, amenizavam o "cansaço da vista" e o sono provocado pelo brilho do fio que "parece espelho" durante a execução dos seus movimentos.

No Porto de Bela Vista, 20 feiteiras

* Ver glossário.

aproximadamente trabalham para uma única artesã. É ela quem intermedia as encomendas, distribui as escalas e as linhas, além do pagamento das tarefas. Sob sua guarda portanto estão os instrumentos de trabalho e também o "segredo das melhores feiteiras". Não há portanto nenhum contato dessas artesãs com os pescadores, sejam estes de Bela Vista ou de outro lugar.

Apesar destas especificidades assinaladas, a situação da feiteira de linha enquanto trabalhadora permanece igual em todos os portos. Não há condições dessas artesãs tornarem-se independentes do pescador. Fazer qualquer tipo de rede, pode não ser a malha que o pescador precise. "Afim, afirmam as mulheres, é ele quem pesca, ele é quem sabe a rede que precisa". Produzir uma rede peixeira* e não uma rede dura, vai garantir a artesã: a posse parcial dos instrumentos de trabalho - linha, agulha, escala, da arte da tecelagem das linhas e uma clientela mais ou menos constante. Afim a Lagoa do Piatô não referenda o adágio popular "onde há rede, há rendas". Mesmo com a reafirmação de Lody, R. (1981)², quanto à localização das comunidades rendeiras que segundo o autor "predominam na orla marítima, margens de lagoa ou vales de rios", não identificamos nenhuma rendeira na região.

A confecção de redes portanto, vai se constituir na única atividade feminina produtiva na Lagoa do Piatô.

Por fim, identificamos além das canoas, redes, tarrafas e covos, um outro instrumento de trabalho usado pelo pescador do Piatô. Uma espécie de varão, cuja madeira é obtida na mata local. Nela, acondicionam um pedaço de ferro em sua ponta, tornando-a mais pesada. Serve para bater a buia ou catimbóia*, espantando-se o peixe

* Ver glossário.

para malhar*. Registramos também mais duas técnicas de pescaria tais como: a pescada de pé no chão*, pescada com linha ou rede de molho, técnicas estas já descritas anteriormente.

Para concluir, apresentaremos a seguir alguns elementos que nos permitem entender a complexidade do processo de produção dos instrumentos de trabalho na pesca. São eles:

- A confirmação de todo aprimoramento de um saber - o saber empírico dos pescadores, realizando na sua prática, uma clara relação entre o homem e o meio ambiente;

- A produção mesma destes instrumentos favorecerá a "potencialidade" de um mercado de trabalho específico;

- Ao mesmo tempo, a "potencialidade" deste mercado de trabalho está atrelada a: maior ou menor produtividade da pesca, o que exige um aumento da quantidade dos instrumentos (canoas, redes, covos, etc...); à maior ou menor durabilidade destes instrumentos, dadas as condições ecológicas da própria lagoa (vegetação e cercas submersas nos períodos de cheias); a maior ou menor subordinação de parte da população pescadora a outros pescadores. Sejam eles proprietários dos instrumentos de trabalho ou intermediários parciais, ou ainda ao matuto que concentra tanto os instrumentos, quanto toda a produção do pescado;

- A busca de alternativas que minimizem os custos da produção dos instrumentos para os não-proprietários ou pescadores alugados e favoreçam um reinvestimento na produção da pesca de um modo geral. Uma das alternativas discutidas pela própria população passou pela organização de uma associação de moradores e a proposta de uma cooperativa artesanal. Aqui, além dos pescadores, poderiam ser "beneficiadas" as próprias artesãs.

* Ver glossário.

Essa cooperativa por sua vez, possibilitaria a criação de novos empregos nas comunidades evitando o processo de assalariamento da população local, nas grandes empresas agro-industriais que circundam a Lagoa do Piatô. Daí, entendermos a importância da produção artesanal. Reproduzi-la, implicaria na própria sobrevivência do seu produtor direto - o artesão. Reconhecê-la, implicaria em referendar a própria história do artesanato, afinal, ele é "antes de tudo, o testemunho insofismável do complexo homem-natureza, e é através da cultura material que o domínio da técnica e do tipo de objeto estarão dizendo o espaço da sua feitura, ora pelos aspectos físicos, ora pela própria ideologia da cultura". LODY (1986, p. 152).

3 - GLOSSÁRIO

Apresentamos por fim, um pequeno vocabulário utilizado pelos pescadores da Lagoa do Piatô, referente a todo processo de produção e comercialização do pescado. Bem como das relações de trabalho e significados qualificativos de situações e acontecimentos do cotidiano vivenciado.

Arquear - fase na confecção dos covos (armadilhas para pesca de camarão), que consiste na amarração da esteira em três lugares distintos, usando um tipo de cipô - o bugi;

Barracão - tipo de habitação de taipa, que é utilizada na pesagem, salga, resfriamento, (do peixe e do camarão), e armazenamento;

Bater a búia ou catimbóia - técnica de pescaria que consiste em bater com um varão para espantar o peixe, direcionando-os para as redes ou tarrafas;

Bugi - tipo de cipô existente no Porto Piatô, usado na amarração dos arcos dos covos;

Burdão - corda de nylon grossa, que circunda toda rede e onde se prende o chumbo e a bôia;

Caico - peixe pequeno, peixe salgado ou seco;

Calafetagem - técnica de impermeabilização das embarcações, utilizando-se "piche" (petróleo);

Calão - espécie de curva formada pelas redes após serem lançadas na lagoa para pesca;

Costela - tábuas das madeiras cortadas para confecção das canoas;

Canaletas ou talo - parte da haste das folhas da carnaubeira, usadas na esteira do covó;

Desmalhar o peixe - despescar a rede, retirar os peixes da rede;

Embira - espécie de estopa de origem vegetal, usada para completar os espaços das emendas na construção das canoas;

Encala ou escala - pequena tabuleta de madeira de tamanhos variados, usada na confecção das redes e tarrafas. Serve para dar a medida das aberturas das malhas;

Enganchos - árvores, cercas ou outros obstáculos submersos que rasgam as redes de pesca;

Enfiar o peixe - técnica que consiste em enfileirar os peixes secos e salgados em cipôs;

Esteira - armação feita de talo de carnaúba e arame para confecção dos covos;

Feteira de linha ou malha - artesão que tece ou confecciona redes e tarrafas;

Linha vexada - encomenda para confecção de rede ou tarrafa com prazo de entrega determinado pelo pescador;

Mangas - espécie de cerca feitas nas propriedades que circundam a lagoa, para uso dos animais; tipo de corredor;

Malhar o peixe - pescar, aprisionar o peixe nas redes;

Malhadeira, linha, pano - redes em geral, tarrafas;

Matuto - intermediário ou atravessador que concentra toda a produção da pesca; o matuto pode ser um pescador local ou outro comerciante, ou ainda vindo de fora;

Não dá comércio - peixe ou camarão que não tem valor, dado o seu tamanho;

Nesgueia de ponta - curvatura da madeira, que favorece um maior deslizamento da canoa;

Peixe bombado - peixe semi-estragado, necessitando ser salgado para que não apodreça;

Pesca com pê no chão - pesca realizada na beira da lagoa, sem canoa;

Pescador liberto - pescador que comprou seus instrumentos de trabalho, após trabalhar alugado;

Razoeira - partes mais razas da lagoa, para onde se deslocam os peixes durante as cheias da lagoa;

Rede peixeira - rede bem entalhada, flexível que facilita o apresamento dos peixes;

Remendo - conserto das malhas das redes, rasgadas pelos enganchos;

Secar agulha - usar toda a linha ou nylon na confecção das redes;

Trabalhar alugado - pescador subordinado ao matuto.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - LODY, R. Artesanato; uma visão complexa. Recife, Ci & Tróp. v. 14, n. 2, p. 151-155, jul./dez. 1986.

- 2 - LODY, R. Artesanato brasileiro; rendas. Rio de Janeiro: FUNARTE/INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE, 1981.
- 3 - LODY, R; SOUZA, M. Artesanato brasileiro; madeira. Rio de Janeiro: FUNARTE/INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE, 1988.
- 4 - MALDONADO, S. Pescadores do mar. São Paulo: Ática, 1986.

050

Reg: 1135/93